

## ***PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO: 2004***

### **Identificação**

Relação 90/2006 - Gab. do Min. VALMIR CAMPELO - Primeira Câmara

### **Número Interno do Documento**

VC090-30/06-1

### **Texto**

RELAÇÃO Nº 90/2006

Gabinete do Ministro Valmir Campelo

Relação de processos submetidos à 1ª Câmara, para votação, na forma do Regimento Interno, arts. 134, 135, 137, 138, 140 e 143 do Regimento Interno.

Relator: Ministro Valmir Campelo

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACÓRDÃO 2303/2006 - Primeira Câmara - TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 22/8/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 137, inciso II, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, dar quitação ao(s) responsável(eis) e mandar fazer a(s) determinação(ões) sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. TC 012.216/2005-5

Classe de Assunto: II

Responsáveis: ALVARO TOUBES PRATA, CPF: 145.041.381-15; ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS, CPF: 023.194.387-34; DENISE DE MENEZES NEDDERMEYER, CPF: 151.373.841-00; ELIANA MARTINS LIMA, CPF: 418.389.121-34; EMIDIO CANTIDIO DE OLIVEIRA FILHO, CPF: 084.446.094-04; ERNEY FELICIO PLESSMANN DE CAMARGO, CPF: 210.958.688-53; FRANCISCO CESAR DE SA BARRETO, CPF: 008.720.326-04; GEOVA PARENTE FARIAS, CPF: 296.051.721-00; ISSAC ROITMAN, CPF: 027.406.567-34; JORGE ALMEIDA GUIMARÃES, CPF: 048.563.847-91; JORGE PARENTE FROTA JUNIOR, CPF: 001.841.793-00; JOSE FERNANDES DE LIMA, CPF: 045.294.054-00; JOSE RIBAMAR PEREIRA COSTA, CPF: 292.672.181-15; JOSE RICARDO

BERGMANN, CPF: 222.571.010-49; LUCY ANNE VIEIRA DE OLIVEIRA, CPF: 248.987.911-15; MARCEL BURSZTYN, CPF: 295.695.087-87; MARIA HELENA RIBEIRO MAIER, CPF: 264.902.420-87; MARIA HERMINIA BRANDAO TAVARES DE ALMEIDA, CPF: 029.891.238-49; MARIA LUCIA DE MELO AMORIM, CPF: 333.644.861-15; NÉLSON MACULAN FILHO, CPF: 245.720.987-00; PAULO CESAR MIGUEZ DE OLIVEIRA, CPF: 085.073.925-04; REGINALDO ESTEVES DOS SANTOS, CPF: 359.477.131-87; ROBERTO LENT, CPF: 289.369.497-72; RENATO JANINE RIBEIRO, CPF: 406.523.518-91; ROBERTO DOS SANTOS BARTHOLO JUNIOR, CPF: 260.915.777-00; SANDOVAL CARNEIRO JUNIOR, CPF: 090.514.907-63; SERGIO MACHADO REZENDE, CPF: 027.390.467-15; STEFAN BOGDAN SALEJ, CPF: 001.521.026-04; WEDER MATIAS VIEIRA, CPF: 577.367.151-49; VILSON ALVES DOS SANTOS, CPF: 292.695.981-87

Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Exercício: 2004

Determinações:

1. à CAPES que:

1.1 cumpra os normativos que regem a organização e apresentação de prestação de contas ao Tribunal, especialmente no que se refere aos itens que tratam do conteúdo do Relatório de Gestão, a exemplo dos itens 02, 03, 04, 05 e 06 da Decisão Normativa nº 62/2004, que regulamentou a apresentação dos processos de contas referentes ao exercício de 2004;

1.2 somente inscreva em Restos a Pagar processados as despesas que efetivamente forem liquidadas no exercício financeiro a que pertencerem, respeitando o princípio da anualidade do orçamento, e em observância aos arts. 36 da Lei nº 4.320/64 e 67, § 1º, do Decreto nº 93.872/86;

1.3 como condição para prorrogações da vigência do Contrato nº 17/2004, celebrado com a empresa Dinâmica Administração de Serviços e Obras Ltda., proceda a pesquisa para verificar se os valores contratuais estão de acordo com os preços praticados no mercado, inclusive considerando a possibilidade de contratação em itens separados para motorista e copeiro/garçom, e, em caso negativo, abstenha-se de prorrogá-lo, realizando novo certame para contratação desses serviços, em cumprimento ao disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 (Acórdão 740/2004 - Plenário);

1.4 em futuros procedimentos licitatórios, verifique a viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em parcelas, sem prejuízo do conjunto ou complexo, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala, adotando, conforme o caso, a adjudicação por itens e não pelo preço global, em atendimento ao disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei nº 8.666/93, nos termos da Súmula TCU nº 247;

1.5 abstenha-se de contratar serviços sem a prévia existência do instrumento contratual, em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/93;

1.6 na celebração de convênios e especialmente na formalização dos termos aditivos correspondentes, observe os requisitos estabelecidos no art. 4º, c/c o seu § 1º, da IN/STN nº 1/97, a fim de evitar ocorrências como aquelas indicadas pela Secretaria Federal de Controle Interno no Relatório de Auditoria nº 160081 (subitem 10.3.1.1), referente ao exercício de 2004;

2. à 6ª Secex para alertar a CAPES de que, nos termos do § 1º do art. 16 da Lei nº 8.443/92, o Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas;

3. à Secretaria Federal de Controle Interno que:

3.1 informe nas próximas contas da Capes sobre o cumprimento da determinação do Tribunal proferida no Acórdão 866/2005 - Segunda Câmara, confirmada por meio do Acórdão 1970/2006 - Segunda Câmara, em 25/7/2006, no sentido de que a entidade se abstenha de celebrar convênios sem ter assegurada a dotação orçamentária necessária, conforme dispõe o art. 7º, inciso III, § 2º c/c o caput do art. 116 da Lei nº 8.666/93, evitando a emissão de empenhos no valor de R\$ 1,00, ou empenhos estimativos em valores irrisórios;

3.2 ao analisar providências adotadas em atenção a determinações expedidas pelo Tribunal, não se restrinja a informar os esclarecimentos apresentados pelo responsável e avalie o efetivo cumprimento da deliberação pelo gestor;

3.3 nas próximas contas da CAPES, verifique, para o caso dos convênios mencionados no item 2, subitem 10.3.2.1 do Relatório de Auditoria nº160081, a efetividade dos procedimentos adotados para análise das prestações de contas, inclusive quanto à existência dos pareceres técnico e financeiro previstos no § 1º do art. 31 da IN/STN nº 01/97.

## **Ministro Relator**

VALMIR CAMPELO

## **Publicação**

Ata 30/2006 - Primeira Câmara  
Sessão 22/08/2006  
Aprovação 28/08/2006  
Dou 29/08/2006